

DOCUMENTO DO PROGRAMA-PAÍS HABITAT-MINOTH PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DE ANGOLA

2018-2022



Revisão da Versão endossada pela
Presidência da República em
Maio de 2017 para alinhamento
estratégico com a nova legislatura.

UN HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



UN HABITAT

POR UM FUTURO URBANO MELHOR

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

Escritório Regional para África (ROAf)

Escritório do UN-Habitat em Angola

Rua Ndunduma, nº9 - Miramar - Luanda - Angola

www.facebook.com/UNHabitatAngola

DOCUMENTO DO PROGRAMA-PAÍS HABITAT-MINOTH PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DE ANGOLA

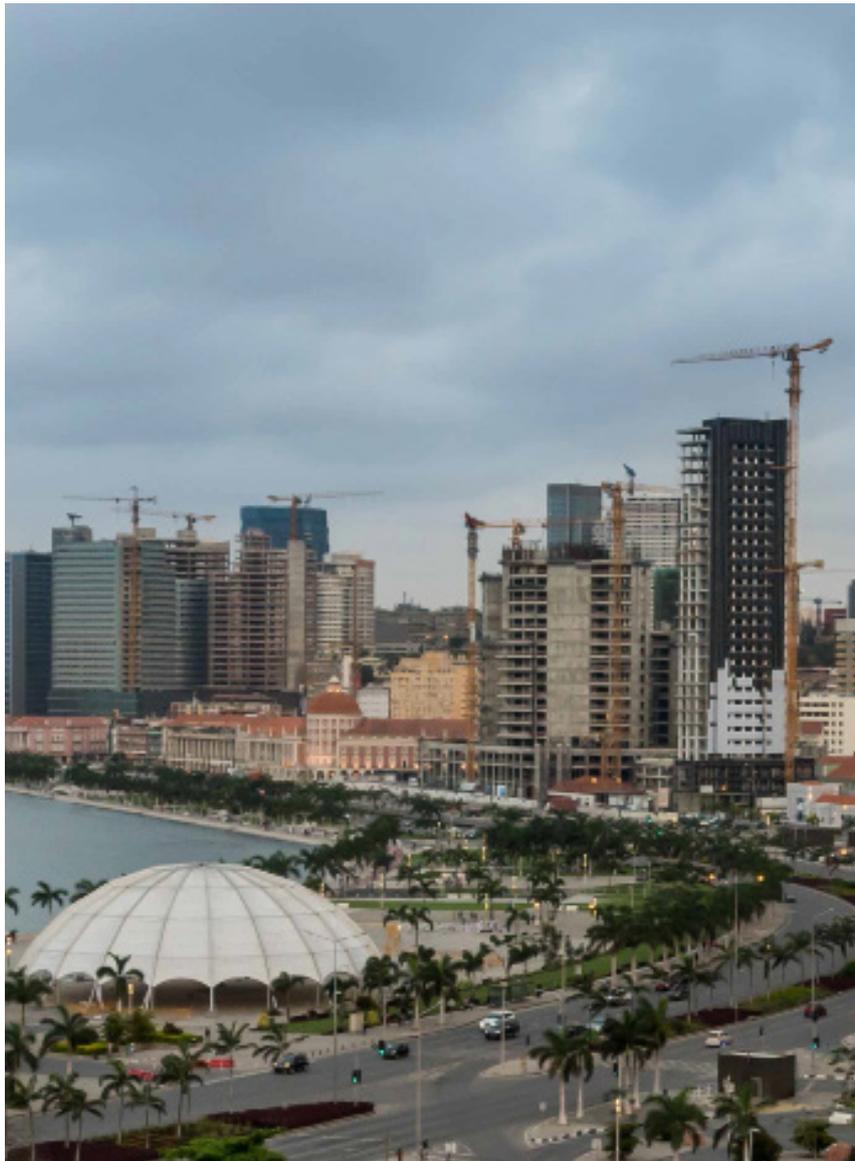
2018-2022



Ministra do Ordenamento do Território e Habitação de Angola com a Directora Executiva do UN-Habitat, WUF 9 (Fev. 2018- Malásia)

© UN-Habitat Angola

Prefácio
Directora Executiva do UN-Habitat



Luanda, Angola
© Autor Desconhecido

Prefácio

Ministra do Ordenamento do Território e Habitação da República de Angola

Desde o fim do conflito armado, em 2002, a habitação e o desenvolvimento urbano têm sido elementos centrais na agenda de desenvolvimento da República de Angola. Alguns marcos relevantes desse processo são a promulgação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU) e da Lei de Terras, em 2004, da Lei de Bases do Fomento Habitacional, em 2007, e o lançamento do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, em 2008. Tais iniciativas, encabeçadas directamente pelo então Presidente da República, Eng. José Eduardo dos Santos, com liderança técnica do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH) enquadram-se na perspectiva do entendimento da urbanização como motor para um desenvolvimento nacional mais sustentável e territorialmente equilibrado e para a promoção do bem-estar das populações.

Ainda nesse âmbito, em 2011, o Governo de Angola, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, assinou um Acordo de Cooperação com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para o estabelecimento de um escritório nacional do UN-Habitat em Luanda. No dia 30 de outubro de 2015, véspera do Dia Mundial das Cidades, o escritório foi oficialmente inaugurado, no quadro do Acordo de Contribuição do MINOTH com o UN-Habitat para a elaboração da Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (PNOTU).

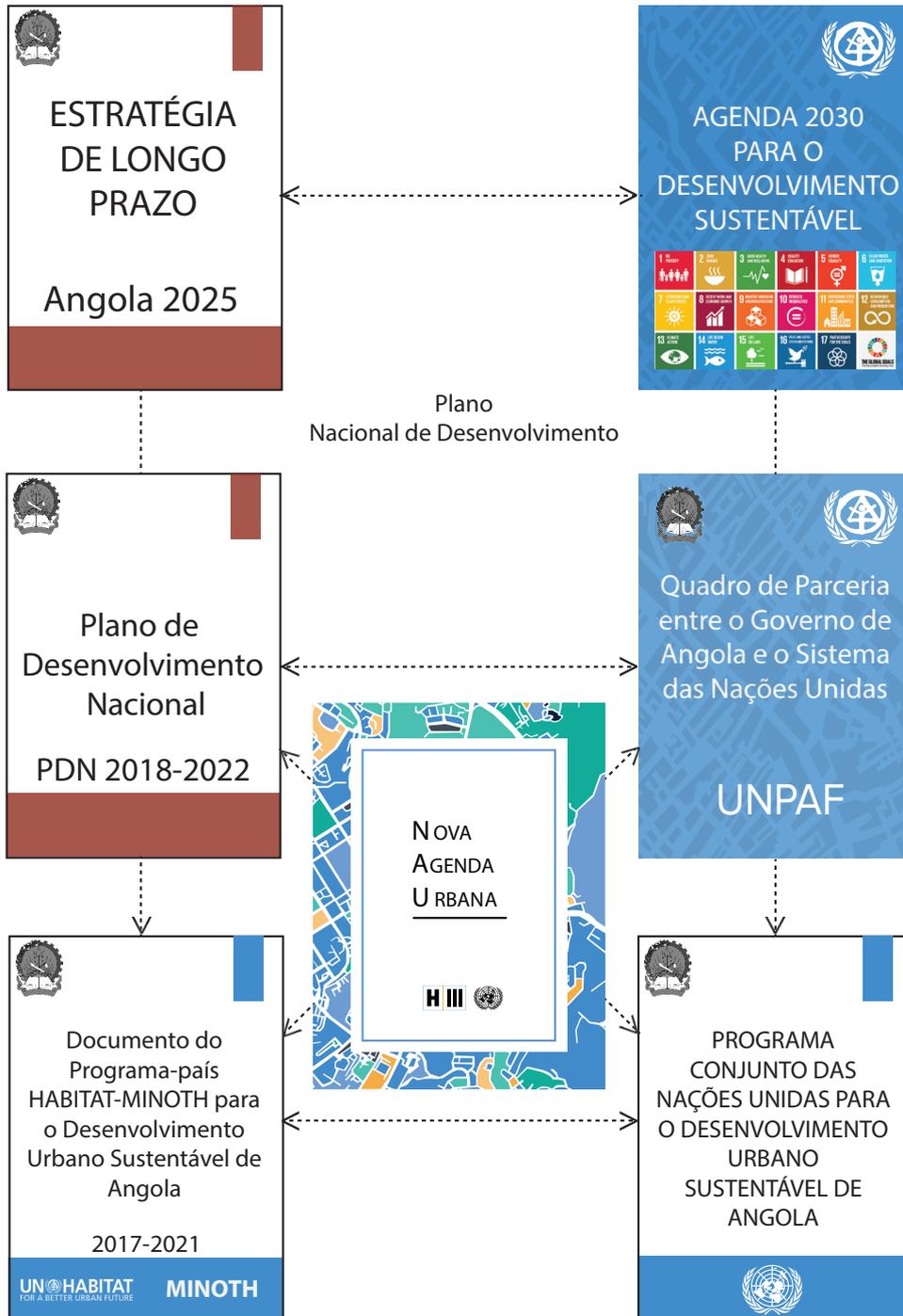
A perspectiva de colaboração entre o UN-Habitat e o Governo de Angola, no entanto, é de longo prazo. Por esse motivo, Angola é actualmente membro do Conselho de Governança do UN-Habitat e, nessa perspectiva, foi elaborado o Documento do Programa-País HABITAT-MINOTH para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Angola 2018-2022. Esse documento apresenta um catálogo de projectos e programas alinhados ao Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e as Nações Unidas (UNPAF) 2015-2019, à Estratégia de Longo Prazo para o Desenvolvimento de Angola 2025, ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN) 2018-2022 e ao Plano Estratégico do UN-Habitat 2014-2019, de maneira a articular as acções do UN-Habitat às estratégias nacionais de desenvolvimento e, em particular, às estratégias definidas pelo MINOTH, especialmente no que diz respeito à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, dos quais destacamos o número 11 que almeja tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e à concretização dos compromissos estabelecidos na Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos, também conhecida como Nova Agenda Urbana, adoptada em outubro de 2016 na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em Quito, com intensa e produtiva participação da delegação da República de Angola.

Em conclusão, gostaria de agradecer os esforços envidados pelo Sistema das Nações Unidas e, em particular, do UN-Habitat, para apoiar o Governo de Angola na implementação da Agenda Habitat e agora da Nova Agenda Urbana, e enfatizar o comprometimento do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação no apoio e acompanhamento da mobilização de recursos para a bem sucedida implementação deste Programa-País, com vistas ao desenvolvimento urbano sustentável de Angola e o bem-estar de todos os Angolanos.

Índice

Prefácio	5
Directora Executiva do UN-Habitat Ministra do Ordenamento do Território e Habitação da República de Angola	7
1. Introdução	11
2. Urbanização em Angola	13
3. Políticas existentes, quadro institucional, legal e programático	15
1.1. Angola 2025 e PDN 2018-2022	
1.2. UNPAF 2015-2019	
1.3. Quadro Legal e Políticas existentes	
1.4. Quadro Institucional	
1.5. Instrumentos Estratégicos e Programáticos	
4. Desafios e Oportunidades	23
5. Portfólio actual do UN-Habitat em Angola	25
6. Proposta de Intervenções do UN-Habitat 2018-2022 (Catálogo de Projectos)	27
7. Modelo de Implementação	47
7.1. A nível nacional	
7.2. Apoio ao UN-Habitat Angola por parte do Escritório Regional para a África e unidades temáticas da Sede	
7.3. A integração e troca de melhores práticas entre a África Lusófona Ocidental	
8. Estimativa de Orçamento Operacional Mínimo	51
9. Conclusão	53
Lista de Acrónimos e siglas	54

Articulação de estratégias gerais e nacionais para Urbanização Sustentável de Angola



Introdução

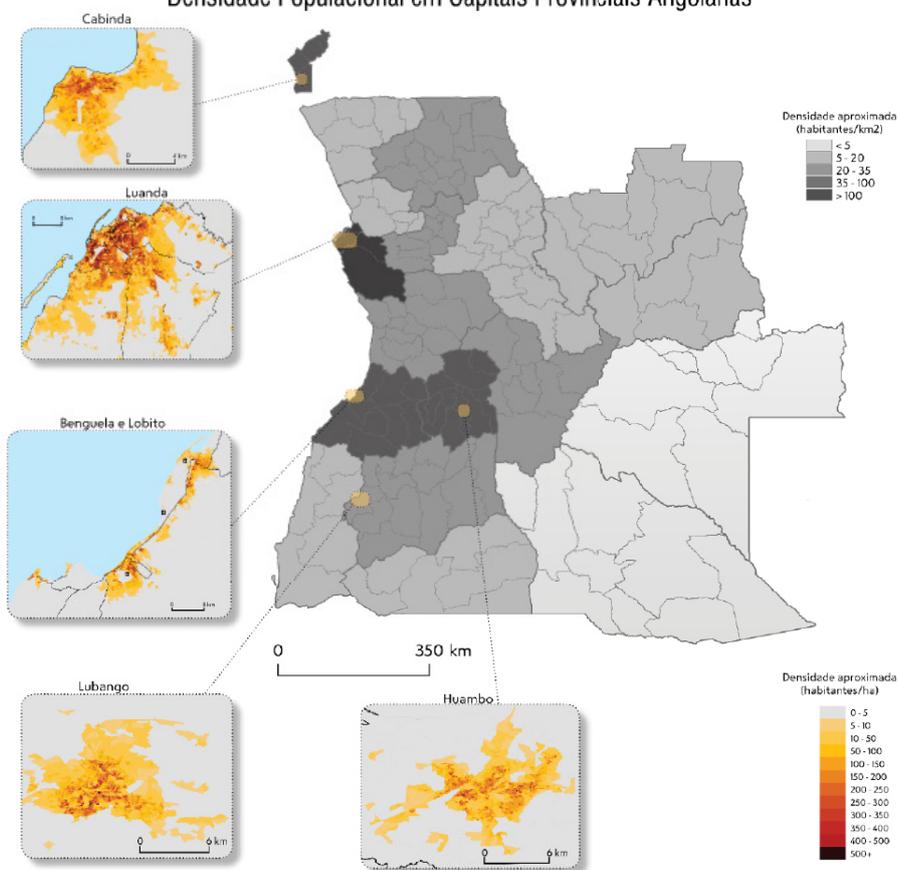
O Documento do Programa-País HABITAT-MINOTH para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Angola (HCPD) tem como objectivo criar um quadro estratégico para a implementação da Nova Agenda Urbana em Angola, durante o ciclo de 2018 a 2022. Juntamente com este processo de desenvolvimento de Angola, baseado nos documentos para a Estratégia Nacional, nomeadamente: a Constituição da República de Angola promulgada em 2010, a Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (Angola 2025), o Programa Nacional de Desenvolvimento (PDN) 2018-2022, Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) 2015-2019, assinado pelo Coordenador Residente das Nações Unidas e o Governo de Angola, e finalmente a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

O HCPD reflecte as sete áreas programáticas de intervenção que resultaram da PNOTU e das suas recomendações, de maneira a dar coerência ao trabalho da Agência no país. A Política Nacional Urbana, que em Angola se denomina de Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (PNOTU), e a Política Nacional de Habitação (PNH) são os dois documentos fundamentais para iniciar a implementação da Nova Agenda Urbana no país durante os próximos 20 anos. Os sete pilares da PNOTU são: planeamento territorial e urbano; gestão da terra; legislação territorial e urbana; governação e gestão territorial e urbana; finanças municipais e prosperidade das cidades; inclusão social e erradicação da pobreza nas cidades e sustentabilidade e resiliência territorial e urbana. Estas são as áreas temáticas de cooperação no âmbito do HCDP e do Programa Conjunto das Nações Unidas.

O presente documento avalia as políticas existentes e os quadros institucionais, legais e programáticos de Angola à luz da nova Constituição de 2010, determinando quais são os principais desafios e oportunidades do país neste momento. Após uma descrição das actividades actuais do UN-Habitat em Angola é listado um conjunto de possíveis intervenções, por meio de projectos pilotos, propostas pelo UN-Habitat para 2018-2022, de forma a apoiar as Nações Unidas e o Governo de Angola na consecução dos objectivos acordados no UNPAF. Finalmente, o HCPD é um guia para o Programa Conjunto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Angola, programa proposto pelo MINOTH e atendido pelo Coordenador Residente das Nações Unidas em Angola, que tem como base as recomendações da PNOTU e aos quais já aderiram, para além do UN-Habitat, outras agências como o PNUD, UNICEF, UNESCO, PNUMA e FAO, diversificando as oportunidades de canalização de recursos para o desenvolvimento urbano sustentável de Angola.

Com base no HCPD, o UN-Habitat em Angola, em parceria com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH), continuará a apoiar na consecução do Objectivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) n. 11, que procura promover as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, assim como outros ODS relacionados com o ordenamento do território e o urbanismo.

Densidade Populacional em Capitais Provinciais Angolanas



Esquema desenvolvido pelo UN-Habitat Angola - Dados INE

2. Urbanização de Angola

Angola possui uma superfície total de 1.246.700 km², está localizada na costa do Atlântico Sul, na África Ocidental e faz fronteira com a Namíbia a Sul, a República Democrática do Congo a Norte e a Zâmbia a leste. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), a população total no momento censitário, em 2014, era de 25.789.024 de habitantes e a projecção da população para 2018 é de 29.250.009 habitantes.

Angola é composta por um mosaico de diferentes grupos étnicos, resultantes de vários fluxos migratórios, sendo que os registos mais antigos de ocupação resultam ainda do século XV, quando os portugueses estabeleceram contacto com o Reino do Congo. Durante o período colonial, Angola foi um importante porto comercial para o Império Português, primeiro providenciando escravos para as colónias portuguesas na América e, mais tarde, como importante exportador de produtos agrícolas, especialmente de café. Actualmente, a economia do país baseia-se fortemente na produção de petróleo e recursos minerais e por isso, o Governo de Angola (GdA) tem feito esforços no sentido de diversificar a economia.

De acordo com os dados do INE, a taxa de urbanização actual de Angola é de 62,3%. A maioria da população urbana está concentrada nas cidades costeiras, especialmente em Luanda, Benguela-Lobito e Cabinda, locais com elevada exposição aos efeitos das alterações climáticas. Além disso, apesar dos investimentos do GdA em projectos de habitação e urbanização após o fim do conflito armado, o processo de urbanização tem-se manifestado através da ocupação informal. A maior parte da população urbana do país está concentrada em alguns aglomerados urbanos, nomeadamente: Luanda, com 6.760.444 de habitantes (41,9% da população urbana total); Benguela-Catumbela-Lobito, com 1.083.417 de habitantes (6,70%), Lubango, com 600.751 de habitantes (3,72%), Huambo, com 595.304 habitantes (3,69%) e Cabinda, com 516.711 de habitantes (3,20%). Estas cidades concentram, portanto, quase 60% da população urbana de Angola, equivalente a 37,1% da população total.

De acordo com os resultados definidos no Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014, 87,2% do regime de ocupação são autoconstruções, 57,0% dos agregados familiares encontram-se em zonas urbanas com acesso a fonte de água potável, 81,8% têm acesso a instalações sanitárias adequadas, 50,9% tem acesso a electricidade e apenas 37,5% dispõem de um sistema apropriado de gestão de resíduos sólidos.

Tabela 3.1 - Megassistema Territorial	(2000) Angola 2025	(2014) Censo 2014	(2025) Angola 2025
Coefficiente de Concentração Demográfica (Luanda + Huambo + Benguela/ população total)	41,4	31,9	30-35
Taxa de Urbanização	44,0	62,0	50,7
Índice de Assimetria Negativa do Acesso a Água Apropriada	63,0	44,0	85-90
Índice de Assimetria Negativa do Acesso a Latrinas	49,0	60,0	80-85



Luanda, Angola
© Manuel Correia

3. Políticas existentes; quadro institucional, legal e programático

3.1. Angola 2025 e PDN 2018-2022

A articulação do programa Angola 2025 com o HCPD estabelece-se no Capítulo X (Volume III): A estratégia geral para o Mega Sistema do Território. Assim sendo, foram considerados neste contexto, quatro indicadores-chaves, conforme descrito na **Tabela 3.1** (NB: os dados são percentagens).

O Angola 2025 visa alcançar: uma harmoniosa ocupação humana do território e uma distribuição espacial equilibrada das actividades económicas e sociais, com base em eixos e pólos de desenvolvimento.

Baseado no Angola 2025, o GdA formulou o Plano de Desenvolvimento Nacional sob a liderança do Ministério do Planeamento e Economia (MPE) e o seu resultado é consequência de um processo de consulta exaustiva com diferentes Ministérios, sociedade civil, sector privado e outros parceiros de desenvolvimento.

O PDN 2018-2022 definiu uma série de Políticas Nacionais para o Desenvolvimento, as quais se relacionam com o desenvolvimento urbano e territorial:

A. Política da População

- Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza;
- Promoção do Género e Empoderamento da Mulher;
- Desenvolvimento Integral da Juventude.

B. Política da Habitação

- Programa Nacional de Urbanismo e Habitação;
- Implementar a Agenda 2030 das Nações Unidas, particularmente o ODS no 11;
- Acesso das famílias a condições habitacionais adequadas.

C. Política de Sustentabilidade

- Alterações Climáticas
- Biodiversidade e Áreas de Conservação
- Prevenção de Riscos e Protecção Ambiental

D. Política de Água e Saneamento

- Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, sedes de município e áreas rurais
- Saneamento Básico
- Desenvolvimento e Consolidação do Sector da Água

E. Política de Boa Governação, Reforma do Estado e Modernização da Administração Pública

- Aprofundamento da Reforma da Administração Pública
- Capacitação Institucional e Valorização dos Recursos Humanos da Administração Pública



Luanda, Angola
© Osmar Edgar

F. Política de Descentralização e Reforço do Poder Local

Desconcentração Administrativa e Financeira

Descentralização e Implementação das Autarquias Locais

Reforma da Administração Local e Melhoria dos Serviços Públicos a Nível Municipal

G. Política de Desenvolvimento Territorial

Promover o desenvolvimento harmonioso do território

Implementar a Agenda 2030 das Nações Unidas e os objectivos associados ao desenvolvimento do território.

H. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo

Melhoria do Sistema Geodésico e Cartográfico Nacional

Construção e Reabilitação de Infraestruturas Rodoviárias

Construção e Reabilitação de Edifícios Públicos e Equipamentos Sociais

Desenvolvimento da Rede Urbana

I. Política de Segurança Nacional e dos Cidadãos

Melhoria da Capacidade Nacional de Prevenção e Socorro das Populações

O PDN 2018-2022 dá continuidade às estratégias para o desenvolvimento territorial provincial do anterior PDN 2013-2017 por meio das seguintes linhas de orientação:

- **Luanda:** metrópole de negócios internacionais / urbanização de assentamentos informais / renovação da cidade;
- **Benguela Lobito:** segunda metrópole nacional / plataforma de internacionalização / turismo;
- **Lubango:** plataforma logística / pólo de TIC / educação superior e centro terciário;
- **Huambo:** pólo de desenvolvimento da região centro sul com base no eixo Huambo-Caála / sistema de transporte urbano / Saneamento integrado.



Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF)

2015 - 2019



Capa do “Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas” (UNPAF) 2015-2019

3.2. UNPAF 2015-2019

O presente Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) 2015-2019 constitui a base de contribuição das Agências das Nações Unidas para as prioridades no desenvolvimento nacional estabelecidas pelo documento Angola 2025 e pelo PDN 2018-2022.

Os signatários, incluindo o UN-Habitat, endossaram o UNPAF e comprometeram-se a promover uma cooperação sólida e eficiente, de forma a alcançar os objectivos preconizados e, assim, contribuir para a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo de todos os Angolanos.

A partir do entendimento partilhado da situação e desafios do país, o UNPAF identificou um grupo de objectivos prioritários que foram designados para contribuir em prol da consolidação do desenvolvimento equitativo, inclusivo e integrado do país, cuja ambição legítima é evoluir de um país menos desenvolvido relativo a um país de rendimento médio. Estas prioridades são centradas em três áreas estratégicas de parceria:

A. Desenvolvimento Humano e Social Equitativo

- Saúde
- Educação
- Protecção Social

B. Estado de Direito e Coesão Nacional

- Boa governação, participação, descentralização e instituições democráticas
- Direitos Humanos e acesso à Justiça

C. Desenvolvimento Económico Inclusivo e Sustentável

- Crescimento inclusivo, diversificação da economia, produção e criação de emprego
- Sustentabilidade ambiental, mudanças climáticas e redução de riscos e desastres.



Mulher e filhos, Angola
© Manuel Correia

3.3. Quadro Legal e Políticas existentes

Lei de Bases do Ambiente – Lei nº 5/98, de 19 de Junho e seus Regulamentos;
 Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU) – Lei nº 3/04, de 25 de Junho;
 Lei de Terras – Lei nº 9/04, de 9 de Novembro;
 Lei de Base do Fomento Habitacional – Lei nº 3/07, de 3 de Setembro;
 Lei de Bases da Organização Administrativa do Território – Lei nº 13/16, de 12 de Setembro;
 Lei de Bases da Toponímia – Lei nº 14/16, de 12 de Setembro;
 Lei da Administração Local do Estado – Lei nº 15/16, de 12 Setembro;
 Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento – Lei nº 1/11, de 14 de Janeiro;
 Política Nacional de Terras – Decreto nº 216/11, de 8 de Agosto;
 Programa Nacional de Urbanismo e Habitação – Resolução nº 20/09, de 11 de Março;
 Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (PNOTU, 2016): O UN-Habitat actualmente está a apoiar o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH) na finalização da PNOTU para Angola que, além de outros aspectos, destina-se a fortalecer a capacidade da administração central e local do Estado como protagonistas na promoção do desenvolvimento urbano sustentável e do desenvolvimento territorial equilibrado de Angola.

3.4. Quadro Institucional

Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH)
 Ministério do Planeamento e Economia (MPE)
 Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE)
 Ministério do Ambiente (MINAMB)
 Ministério da Construção e Obras Públicas (MINCOP)
 Governos Provinciais: Luanda, Benguela, Huambo, Huíla, Cabinda, Bié, Cunene e Namibe
 Administrações Municipais: Luanda, Kilamba, Cazenga, Viana, Cacuaco, Benguela, Lobito, Catumbela, Baía Farta, Huambo, Lubango e Cabinda.
 Organizações Internacionais e Doadores: PNUD, UNICEF, OMS, FAO, Banco Mundial (WB), Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA), Agência Norueguesa para Cooperação e Desenvolvimento (Norad), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), USAID, CETIC.br
 Universidades: Universidade Agostinho Neto (UAN), Universidade Eduardo dos Santos (UES), Universidade Metodista de Angola (UMA) e Universidade Lusíada de Angola (ULA)
 ONG/OBC: Development Workshop (DW), ADRA, LVIA, Rede Terra, Rede de Luta Contra Pobreza Urbana e SOS Habitat.

3.5. Instrumentos Estratégicos e Programáticos

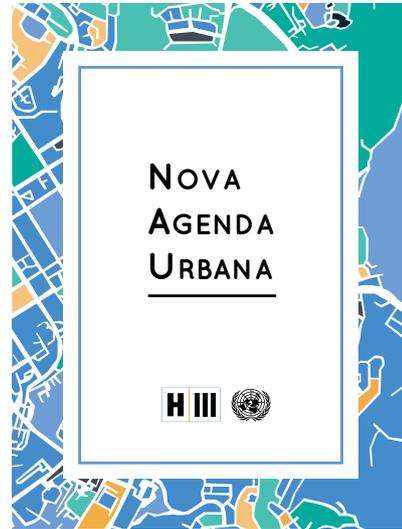
Diretrizes Internacionais sobre Planeamento Urbano e Territorial – UN-Habitat
 Diretrizes Internacionais sobre Descentralização – UN-Habitat
 Índice de Prosperidade das Cidades (CPI) e Iniciativa para a Prosperidade das Cidades
 A ferramenta de Plano de Acção das Cidades Resilientes (RAP)
 Matrix das Funções (MoF) e Quadro do Desenvolvimento Espacial (SDF)
 Princípios do PSUP (Programa Participativo para Requalificação de Musseques)
 AFINUA (Quadro de Acção par a Implementação da Nova Agenda Urbana).



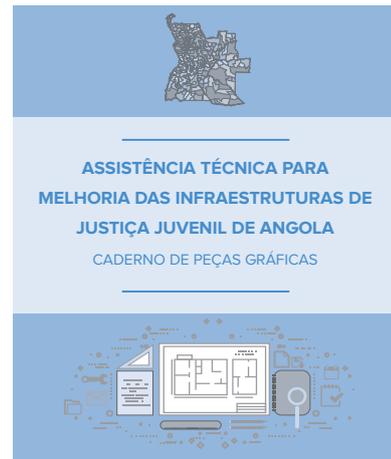
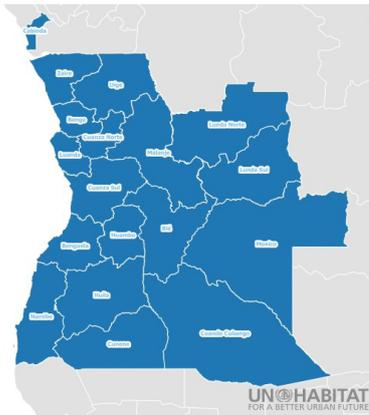
Nova Centralidade do Kilamba,
Angola
©Autor Desconhecido

4. Desafios e Oportunidades

Desafios	Oportunidades
Baixa densidade populacional e macrocefalia urbana (Luanda)	Desenvolvimento de uma rede urbana de cidades secundárias e terciárias com base em um quadro de desenvolvimento espacial (SDF) coerente
Grande déficit habitacional e prevalência de ocupação informal no tecido urbano	Desenvolvimento de uma Política Nacional de Habitação, que integra originalmente a urbanização de sectores de ocupação informal como uma das soluções para combater o déficit habitacional atual
Sistema formal de provisão habitacional pouco acessível e excesso de dependência da produção pública de habitação	Desenvolvimento de programas de habitação social através de mecanismos políticos, institucionais e financeiros adequados (autoconstrução, habitação incremental, etc)
	Promoção de um quadro legal, institucional e financeiro para permitir empréstimos hipotecários para financiamento habitacional
Coordenação institucional ineficiente e falta de descentralização política Administrações municipais carentes de recursos financeiros e humanos	Harmonização da estrutura institucional e legal actual, promovendo maior protagonismo dos governos locais. Desenvolvimento de capacidades das autoridades locais e funcionários públicos no planeamento e gestão urbana Apoio à criação de mecanismos de tributação e de geração de receitas locais e à descentralização financeira efectiva
Forte migração rural-urbana, levando a uma crescente demanda por moradia e terra em áreas urbanas, especialmente entre os grupos de baixa renda	Necessidade de gerir a terra de forma eficiente, descentralizada, com sistemas ágeis de resolução de conflitos, e optimização de sua utilização
Acesso inadequado a serviços básicos e infraestrutura (incluindo transportes, água, saneamento, energia, gestão de resíduos sólidos)	Promoção da reurbanização de musseques in-situ e prestação de serviços urbanos inclusivos e com uso intensivo de mão-de-obra local
O desemprego é predominantemente um fenómeno urbano, especialmente entre jovens	Promoção de oportunidades de desenvolvimento económico local e oportunidades de emprego através do desenvolvimento urbano e de infraestruturas
Planeamento urbano e de resiliência urbana inadequados e a concentração de população em áreas urbanas vulneráveis	Promoção de maior protagonismo dos assentamentos humanos e das cidades no Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
Não-inclusão e falta de participação da sociedade civil nos processos de planeamento urbano	Capacitação da sociedade civil, inclusão de minorias e pessoas vulneráveis em mecanismos participativos



Atlas da Urbanização de Angola



Portfólio do UN-Habitat em Angola

5. Portfólio actual do UN-Habitat em Angola

Em 2011, o UN-Habitat e o Governo de Angola (GdA) assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para o estabelecimento de um Escritório Nacional do UN-Habitat em Luanda, no qual o Governo de Angola se comprometeu a cobrir os custos de funcionamento do Escritório por um período inicial de cinco anos e prosseguir com investimentos anuais para projectos e programas decorrentes do orçamento nacional.

Graças a uma contribuição financeira do MINOTH ao UN-Habitat, realizada no final de 2014, foi possível abrir oficialmente o escritório a 30 de Outubro de 2015. Os Termos de Referência para a contribuição financeira foram aprovadas pelo MINOTH, definindo a assistência técnica do UN-Habitat ao Governo de Angola no desenvolvimento de uma Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (PNOTU).

O diagnóstico da PNOTU e suas recomendações, os pilares da política, foram finalizados e após um amplo debate promovido pelo MINOTH com as instituições e a sociedade civil, concluiu que a PNOTU deverá ser integrada no Ordenamento Jurídico de Angola. Para 2018, o Programa-País HABITAT-MINOTH para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Angola foi considerado no Orçamento Geral do Estado do Governo da República de Angola, demonstrando a importância do tema e reforçando assim a colaboração do UN-Habitat no país.

Além da instalação do Escritório em Luanda e do desenvolvimento da PNOTU, o UN-Habitat apoiou o Sistema das Nações Unidas e o Governo de Angola no processo de Revisão Periódica Universal para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, promoveu palestras de capacitação sobre o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11, divulgou a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável e elaborou a versão em Português da Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos, também conhecido por Nova Agenda Urbana, além de escrever projectos para a captação de fundos de financiamento, como, por exemplo, o projecto do Estado da Prosperidade das Cidades Angolanas e o projecto para Inserção das Alterações Climáticas no Planeamento Metropolitano e Regional de Angola.

Em 2018, o UN-Habitat seleccionou Angola entre os cinco países prioritários, ao nível global, ao lado de Paraguai, Malásia, Bulgária e Catar, para o Desenvolvimento de Políticas Inovadoras de Habitação.

RESULTADOS DO UNPAF	INDICADORES	OBJECTIVOS
RESULTADO 2.1: Boa governação, participação, descentralização e instituições democráticas.	Indicador 1: Revisão de políticas e leis sobre descentralização e fortalecimento da capacidade dos governos locais.	Leis e políticas para governação local e desenvolvimento urbano elaboradas e aprovadas para a implementação das autoridades locais.
		Políticas públicas sobre a descentralização dos serviços sociais reforçados.
		Formação para as instituições nacionais, provinciais e municipais.
	Indicador 2: Sistema Nacional de Estatística reforçada para contribuir para o planeamento, implementação e monitoramento, com base em dados estatísticos	Estratégia Nacional de Estatística implementadas para garantir o fornecimento de dados atualizados e confiáveis para a tomada de decisões a nível central, provincial e local.
	Indicador 3: Existência de mecanismos funcionais para a participação democrática da juventude e das mulheres nas instituições e para o desenvolvimento do país.	Funcionamento eficaz das CACs, CPAC e outros mecanismos que contribuam para a tomada de decisões participativas.
RESULTADO 3.1: Crescimento inclusivo, diversificação económica, produção e a criação de emprego	Indicador 1: Taxa de crescimento do PIB não petrolífero	Pelo menos 10.4% em 2019 (linha de base: 9.0%)
	Indicador 3: Aumento do uso do sistema bancário.	75% (linha de base: 53%)
	Indicador 4: Melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano de Angola (IDH).	País com IDH médio, acima de 0,54 (2019).
	Indicador 5: Aumento do número e melhoria da qualidade da pesquisa sobre a fome, a pobreza e as desigualdades nacionais realizadas por universidades angolanas.	Pelo menos quatro instituições nacionais produzir estudos periódicos que ajudam na tomada de decisões.
RESULTADO 3.2: Sustentabilidade ambiental, alterações climáticas e redução dos riscos e desastres	Indicador 1: Número de iniciativas de segurança relacionados com as alterações climáticas, biodiversidade, desertificação, economia verde e da segurança energética.	Pelo menos 5 iniciativas.
	Indicador 2: Número de instituições nacionais e provinciais capazes de identificar e monitorar desastres, riscos e implementação do Plano Nacional de Contingência 2014-2019.	Pelo menos 10 têm planos de contingência provinciais

6. Proposta de Intervenções do UN-Habitat 2018-2022

O trabalho do UN-Habitat em Angola para o período de 2018-2022 está perfeitamente alinhado com o Quadro de Parceria de Assistência das Nações Unidas (UNPAF) 2015-2019, acordado com o Governo de Angola, e em plena consonância com os documentos e planos estratégicos nacionais, em particular com o PDN 2018-2022, bem como o Angola 2025. O UNPAF está estruturado em três áreas estratégicas de parceria (AEP) contendo um total de sete resultados, no qual o UN-Habitat é listado como uma agência contribuidora em três resultados de dois AEP, nomeadamente:

2 – Estado de Direito e Coesão Nacional;

Boa Governação, participação, descentralização e Instituições Democráticas

3 – Desenvolvimento Económico, Inclusivo e Sustentável

Crescimento inclusivo, diversificação económica, produção e criação de emprego;
Sustentabilidade ambiental, alterações climáticas e redução dos riscos e desastres;

Nessas áreas de resultados, as intervenções do UN-Habitat irão apoiar a UNPAF para atingir seus objectivos monitorados pelos seguintes indicadores (**Quadro ao lado**).

RESULTADOS DO UNPAF	INDICADORES	OBJECTIVOS
RESULTADO 1.1: SAÚDE (Com UNICEF, PNUD e OMS)	Indicador 3: Prestação de serviços: número de províncias para implementar a política de revitalização dos serviços municipais de saúde, incluindo serviços integrados de saúde, nutrição, água e saneamento e HIV/AIDS	10 províncias até 2019.
RESULTADO 1.2: EDUCAÇÃO (Com UNICEF)	Indicador 1: Desenvolvimento e implementação de políticas: número de políticas/planos e/ou directivas nacionais actualizadas/preparadas para promover e fortalecer o sistema de ensino em termos de igualdade de acesso e qualidade.	Política para a primeira infância, Educação Especial, Educação em Situação de Emergência e regulamentação do ensino gratuito elaborados.
RESULTADO 1.3: PROTECÇÃO SOCIAL (Com UNICEF e PNUD)	Indicador 1: Desenvolvimento e Implementação de Políticas: a política e a lei de assistência social, com medidas legislativas complementares estabelecidas.	Política adequada e inclusiva para a segurança social e enquadramento legal disponível.
	Indicador 2: Capacitação e treinamento: estrutura de gestão e mecanismos operacionais para a aplicação no domínio dos programas de assistência social.	Mecanismos estruturais de gestão e operação reforçados
RESULTADO 2.2: ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (Com OHCHR)	Indicador 2: Aumento da qualidade e quantidade	Reforçar a capacidade das partes interessadas para a promoção e defesa dos direitos humanos no país.
	Indicador 3: Melhoria do cumprimento das convenções e tratados internacionais, através do reforço dos mecanismos nacionais para a prestação de contas.	Os relatórios referentes aos principais instrumentos apresentados de forma sistemática e em tempo real com o nível de qualidade exigido.

Além disso, no âmbito do seu mandato, o UN-Habitat também pode fornecer assistência técnica e conhecimentos para os seguintes resultados do UNPAF. (**Quadro ao lado**).

No âmbito da Áreas Estratégicas de Parceria e Resultados do UNPAF 2015-2019, ao qual o UN-Habitat precisa estar alinhado ao nível do país, elaborou-se o conjunto de possíveis intervenções UN-Habitat em Angola para o ciclo de 2018 a 2022, descritas abaixo, com base no Plano Estratégico do UN-Habitat para 2014-2019, que enumera sete áreas temáticas, a saber:

- FA1: Legislação Urbana, Terra e Governança
- FA2: Planeamento e Desenho Urbano
- FA3: Economia Urbana
- FA4: Serviços Urbanos Básicos
- FA5: Habitação e Urbanização de Assentamentos Informais
- FA6: Reabilitação e Redução de Riscos
- FA7: Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades

Tabela 1: Catálogo de possíveis projectos, programas e actividades do UN-Habitat em Angola (2018-2022) em alinhamento com Plano Estratégico do UN-Habitat (2014-2019), ODS, UNPAF (2015-2019), 6P's do Desenvolvimento Sustentável, os 7 Pilares da Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (PNOTU) e com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

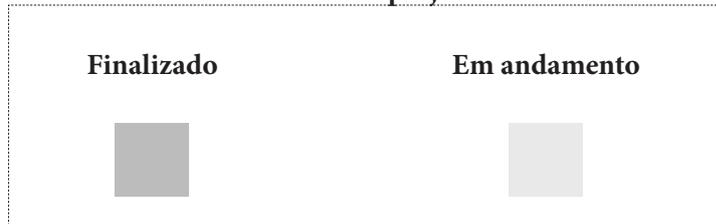
Pilares da PNOTU

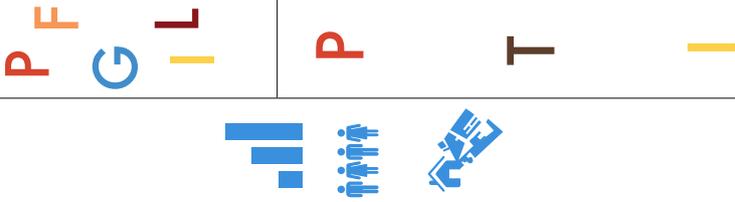


Os 6P's do Desenvolvimento Urbano Sustentável

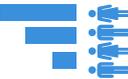


Estado de desenvolvimento do projecto



Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
		Programa/ Projecto	Actividades principais			Resultados	Metas		
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas)	Objectivo/ Meta/ Indicador	Programa Nacional Habitação (PNH) Em andamento	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à Direcção Nacional de Habitação do MINOTH, o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Fundo de Fomento Habitacional (FFH) na elaboração de uma Política Nacional de Habitação (PNH), como parte da Estratégia Global do UN-Habitat para Habitação (GHS), para otimizar o impacto do Programa Nacional de Habitação e Urbanização (PNUH) a luz da nova conjuntura económica internacional e de Angola. 		1.3. PROTECÇÃO SOCIAL	Política adequada e inclusiva do quadro jurídico para a Segurança Social	1.6. Política de Habitação: 1.6.1: Habitação	Promover o loteamento, infraestruturais, habitação social e a auto-construção dirigida e melhorar a gestão patrimonial habitacional.	
									11.1.17.14.1
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS (Legislação Urbana, Terra e Governação)	11.1.1 1.4.2 6.1.1 6.2.1 6.a.1	Programa Participativo para Urbanização de Musseques (PSUP)	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução dos princípios PSUP no Programa de Redução da Pobreza Urbana de Luanda (LUPP); • Preparação de um perfil urbano nacional sobre os assentamentos informais em Angola; • Desenvolvimento de uma estratégia nacional para a urbanização de musseques como apoio à implementação da PNOTU; • Desenvolvimento de um Regulamento sobre terras periurbanas, como parte do processo de revisão da Lei de Terras, e apoio à implementação da PNOTU; • Desenvolvimento do "Manual para Autoconstrução Dirigida Segura" usando padrões mínimos PSUP, em associação com a urbanização e requalificação de assentamentos informais. 		1.6. Política de Habitação: 1.6.1: Habitação 5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo: 5.2.5: Desenvolvimento da Rede Urbana	Assistir e acompanhar a auto-construção; Proceder à regularização jurídica do património imobiliário; Operações prioritárias de requalificação urbana.			
			11.1.17.14.1						

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	PRINCIPAL ÁREA (demais áreas)	Contribuição ODS	Objectivo/ Meta/ Indicador	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022		Objectivo/ acções prioritárias
				Programa/ Projecto	Actividades principais			Resultados	Metas	Política/ Programa		
		11.3.1 11.a.1 15.6.1 17.14.1		<p>Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (PNOTU) Finalizado</p>	<p>• Desenvolvimento da PNOTU, que coloca Planos Directores Municipais no centro do quadro jurídico e de planeamento, e os governos municipais no centro do quadro institucional para a gestão e o desenvolvimento urbano, além de promover a coordenação interministerial necessária para o desenvolvimento territorial equilibrado;</p> <p>• Revisão dos Planos Directores seleccionados para o inventário dos planos com o objectivo de desenvolver propostas alternativas e participativas, abordagens integradas em toda a cidade e mecanismos de planeamento;</p> <p>• A capacidade institucional do INOTU como o principal fomentador da PNOTU através da criação nas instalações do INOTU, de uma unidade técnica da UN-Habitat para conectar, design, legislação e economia em diferentes escalas (nacional, regional, cidade e arredores), sectores (Água, Energia, Resíduos, Saneamento, Mobilidade) e prioridades (Reurbanização de Assentamentos Informais, Alterações climáticas, Habitação, requalificação urbana das zonas patrimoniais, redução de riscos ambientais) da estratégia socioeconómica da PNOTU.</p>			<p>Quadro legal e institucional para a governação local e desenvolvimento urbano</p>	<p>2.1 GOVERNAÇÃO PARTICIPAÇÃO & DESCENTRALIZAÇÃO</p>	<p>5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo: 5.2.5: Desenvolvimento da Rede Urbana</p>	<p>Elaborar e fazer aplicar os Planos Directores Municipais.</p>	

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022	6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019	PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias	
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas) TODAS AS ÁREAS TEMÁTICAS	Objectivo/ Meta/ Indicador TODOS OS INDICADORES ODS11	Programa/ Projecto Nova Agenda Urbana para Angola Em andamento	    		Resultados Quadro legal e institucional para a governação local e desenvolvimento urbano	Metas 2.1 GOVERNACÃO PARTICIPACÃO & DESCENTRALIZACÃO	Política: Programa 5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo: 5.2.5: Desenvolvimento da Rede Urbana	Definir procedimentos de acesso ao solo para usos urbanos e torná-los efectivos; Disponibilizar solo ordenado para a auto-construção; Alternativas para um modelo inovador de financiamento do desenvolvimento urbano; Promover a criação de smart cities; Preparar Programas de Acção de Desenvolvimento Urbano Integrado requalificação urbana.

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat PRINCIPAL ÁREA (demais áreas) TODAS AS ÁREAS TEMÁTICAS	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022	6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019	PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
	Objectivo/ Meta/ Indicador	Actividades principais			Resultados	Metas	Política: Programa
	TODOS OS INDICADORES ODS11	<p>Programa/ Projecto</p> <p>Plano Nacional Estratégico do Urbanismo e Habitação (PLANEUHA)</p> <p>• Em sintonia com as estratégias de desenvolvimento de longo prazo já elaboradas em Angola, tais como o Angola 2025 e o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT), apoiar o MINOTH na elaboração da sua estratégia de desenvolvimento sectorial a longo prazo, para os domínios do desenvolvimento urbano sustentável e da habitação, que deve levar em conta a implementação da Nova Agenda Urbana (2036) e os objectivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11 (2030). O PLANEUHA será a estratégia integradora para a PNOTU (2.1a) e PNH (1.3a).</p> <p>Objectivo final: demonstrar a correlação entre urbanização e desenvolvimento para criar um ambiente favorável para o lançamento de um Programa Conjunto das Nações Unidas para a Urbanização a ser incluído no próximo UNPAF.</p>	 		<p>Quadro legal e institucional para a governação local e desenvolvimento urbano</p>	<p>2.1 GOVERNACÃO PARTICIPACÃO & DESCENTRALIZACÃO</p>	<p>Definir procedimentos de acesso ao solo para usos urbanos e torná-los efectivos;</p> <p>Disponibilizar solo ordenado para a auto-construção;</p> <p>Alternativas para um modelo inovador de financiamento do desenvolvimento urbano;</p> <p>Promover a criação de smart cities;</p> <p>Preparar Programas de Acção de Desenvolvimento Urbano Integrado</p> <p>requalificação urbana.</p>

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
		Objectivo/ Meta/ Indicador	Programa/ Projecto			Actividades principais	Resultados		
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas) PLANEAMENTO E DESENHO URBANO (Legislação Urbana, Terra e Governação, Serviços Urbanos Básicos, Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades)	11.2.1 11.4.1 11.7.1	Projecto Baixa Viva	<p>Em colaboração com o Governo Provincial de Luanda (GPL) e da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), fornecer apoio para:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de um plano de urbanização para a zona da Baixa de Luanda, estimulando o uso misto, o espaço público, a cidade para as pessoas e soluções inovadoras de transporte público; Criação de mecanismos de captura de valor da terra para o financiamento do desenvolvimento urbano na Baixa; Promoção da preservação do património arquitectónico e cultural da Baixa, associada a uma estratégia para a reabilitação de espaços públicos. (Programa sobre Espaço Público do UN-Habitat). 	 	F P	<p>Quadro legal e institucional para a governação local e desenvolvimento urbano</p>	<p>2.1 GOVERNAÇÃO PARTICIPAÇÃO & DESCENTRALIZAÇÃO</p>	<p>5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo: 5.2.5: Desenvolvimento da Rede Urbana</p>	<p>Construção e/ ou reabilitação de equipamentos sociais e edifícios públicos;</p> <p>Manutenção e conservação de equipamentos sociais e edifícios.</p>

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat PRINCIPAL ÁREA (demais áreas)	Contribuição ODS Objectivo/ Meta/ Indicador	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	
		Programa/ Projecto	Actividades principais			Resultados	Metas		Política: Programa
TERRA E GOVERNANÇA (Legislação Urbana, Planeamento e Desenho Urbano, Economia Urbana, Serviços Urbanos Básicos e Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades)	16.6.1 16.6.2 17.14.1	Governança Local Participativa no Distrito Urbano do Kilamba (com PNUD)	<ul style="list-style-type: none"> Em colaboração com o MATRE, o Governo Provincial de Luanda e o suporte do escritório da UN-Habitat (INOTU), promover projecto piloto de descentralização no Distrito Urbano do Kilamba, incluindo o planeamento urbano, financeiro e fiscal municipal e a governação local participativa; Desenvolver uma estratégia em escala municipal para priorizar intervenções-chave e antecipar as principais estratégias que a tipologia urbana do Kilamba poderia gerar (promoção de usos mistos, transporte público e mobilidade alternativa, desenvolvimento de actividades económicas próximas das áreas residenciais, localização de edifícios comerciais, etc.); Capacitar a Administração do Kilamba na gestão de serviços municipais e na implementação efectiva da taxa de urbanização, com base no Decreto Presidencial 62/11; Com base na experiência do Kilamba, apoiar o MATRE na consecução do PLANEAT, mais especificamente no PROPPAL e do PNAD; Promover um piloto de um Conselho de Auscultação Concertação Social (CAC/CPAC) mais inclusivo, com base nas experiências anteriores de fóruns municipais. 	  	 	<p>Políticas públicas de descentralização de serviços sociais</p> <p>Funcionamento eficaz das CACs, CPACs e outros mecanismos de participação</p>	<p>2.1 GOVERNANÇA PARTICIPATIVA & DESCENTRALIZAÇÃO</p>	<p>Política: Programa</p> <p>5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo</p> <p>4.3 Política 20: Descentralização e Reforço do Poder Local</p>	<p>Objectivo/ acções prioritárias</p> <p>Implementar o processo de descentralização administrativa e financeira e o respectivo calendário;</p>

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	
		Objectivo/ Meta/ Indicador	Programa/ Projecto			Actividades principais	Resultados		Metas
TERRA E GOVERNAÇÃO (Legislação Urbana, Planeamento e Desenho Urbano, Serviços Urbanos Básicos, Habitação e urbanização de Assentamentos Informais, Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades)	1.4.2 5.a.1 5.a.2	Disseminação do conceito do Direito à moradia adequada e do Direito das mulheres à terra	<p>Traduzir para a língua portuguesa e divulgar amplamente a folha informativa n. 21 sobre o "O Direito à Moradia Adequada";</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover seminários em universidades Angolanas para discutir essas questões, envolvendo funcionários do governo; Fornecer assistência técnica para a Revisão Periódica Universal no quadro do Direito à moradia adequada; Promover pesquisas sobre o tema do Direito à Moradia Adequada e do Direito das Mulheres à Terra no "Centro de Estudos de Musseques do Habitat" (ver 3.1c); Disseminação da versão em língua portuguesa das Diretrizes Internacionais para Planeamento Urbano e Territorial, que enfatizam que as actividades de planeamento devem promover os direitos humanos (pag. 5), igualdade de género e acesso à terra seguro e igualitário, entre outras prioridades. 			Melhoria na conformidade com as convenções e tratados internacionais	2.2 ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	<p>1.6. Política de Habitação: 1.6.1: Habitação</p> <p>5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo</p>	Fomentar a habitação social e a auto-construção dirigida principalmente para as pessoas de menor poder aquisitivo

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	
		Objectivo/ Meta/ Indicador	Programa/ Projecto			Actividades principais	Resultados	Metas	Política: Programa
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas)	4.3.1	Pacote de formação em governação local participati-va do IFAL (com PNUD)	<ul style="list-style-type: none"> Em parceria com o IFAL/MATRE, organizar um pacote de formação para as autoridades locais em orçamento participativo, planeamento estratégico, desenvolvimento local, finanças municipais e gestão de serviços públicos; Organização de um Curso Avançado de Lideranças Locais (City Leaders) para os administradores municipais, incluindo os ODS e as recomendações da Nova Agenda Urbana; Organizar um seminário e workshop de planeamento para nacionais e autoridades locais sobre planeamento territorial e urbano, princípios globais e aplicações globais (baseado nas Diretrizes Internacionais sobre Planeamento Urbano e Territorial e Planeamento urbano para líderes municipais). 	  		Formação para as instituições nacionais, provinciais e municipais.	2.1 GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO & DESCENTRALIZAÇÃO	5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo 4.3 Política 20: Descentralização e Reforço do Poder Local	Realizar acções de formação e capacitação para os gestores da Administração Local

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	
		Programa/Projecto	Actividades principais			Resultados	Metas	Política: Programa	Objectivo/acções prioritárias
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas)	17.18.1	O Estado de Prosperidade das Cidades Angolanas	<p>Com base no Índice de Prosperidade das Cidades (CPI):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Publicar o relatório do Estado de prosperidade das cidades em Angola, incluindo as 28 cidades mais importantes do país; • Introduzir a CPI como o mecanismo de acompanhamento da execução do ODS (especialmente o nº 11) a nível da cidade; • Apoiar o MPE na concepção do Índice de Desenvolvimento Territorial (IDT) em alinhamento com o CPI e o ODS; • Advogar e promover o conceito de "prosperidade das Cidades", alinhado à Nova Agenda Urbana, à Iniciativa de Prosperidade da cidade e ao ODS; • Alinhados aos indicadores de selecção e colecção de dados sobre a prosperidade das cidades, ODS e a Nova Agenda Urbana de modo a facilitar a implementação, monitorização e revisão periódica da PNOTU. 	  	 	<p>Sistema Nacional de Estatística contribuindo para o planeamento com base em dados estatísticos</p>	<p>2.1 GOVERNAÇÃO PARTICIPATIVA & DESCENTRALIZAÇÃO</p>	<p>5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo</p>	<p>Acções voltadas para a contribuição directa do ODS 10 e 11</p>
	11.3.1	Atlas de Urbanização de Angola Em andamento	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar, publicar e disseminar o Atlas da Urbanização de Angola, com base nos dados do Recenseamento Geral da População e da Habitação; • Promover seminários em universidades angolanas (UAN, UMA e ULA) para discutir os resultados do Atlas de Urbanização. 			<p>5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo: 5.2.1. Melhoria do Sistema Geodésico e Cartográfico Nacional</p>	<p>Disponibilizar a cartografia de referência para todos os actores públicos e privados</p>		

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
		Objectivo/ Meta/ Indicador	Programa/ Projecto			Actividades principais	Resultados		
TERRA E GOVERNANÇA (Legislação Urbana, Planeamento e Desenho Urbano, Serviços Urbanos Básicos, Habitação e urbanização de Assentamentos Informais, Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades)	1.4.2 1.4.1 5.a.2 6.1.1 6.2.1 6.a.1 11.1.1 11.7.1	Iniciativa para a Segurança de Posse e Reajustamento de Terras (Land ReadJustment)	<p>No quadro da GLTN (Global Land Tool Network) e baseado na experiência de dois projectos de reajuste financiados pela GLTN e implementados no Huambo pela Development Workshop Angola:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um Projecto de Segurança de Posse e Reajustamento de Terras nas províncias de Bié e Benguela com o objectivo de formalizar a propriedade da terra de habitantes de áreas periurbanas e viabilizar a implementação de espaços públicos, infraestrutura e serviços básicos após um projecto de Reajustamento de Terras liderado pelos governos municipais levando em consideração o sector privado, organizações comunitárias e instituições públicas envolvidas em questões de terra. Criar um Quadro Legal Nacional e uma Estratégia Nacional para Projectos de Reajustamento de Terras que pode ser uma das soluções para a regeneração e requalificação dos assentamentos informais urbanos de Angola. Sensibilizar acerca das relações entre segurança de posse da terra e desenvolvimento local e em direitos sobre a terra e a habitação na escala municipal e provincial. 	  	L P T I	<p>Aumento da qualidade e quantidade de protecção jurídica aos cidadãos.</p>	<p>2.2 ACESSO A JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS</p>	<p>5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo: 5.2.5: Desenvolvimento da Rede Urbana</p> <p>1. Política da População: 1.1.1: Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza</p>	<p>Modelo inovador de financiamento do desenvolvimento urbano</p> <p>Reduzir os níveis de pobreza urbana através da melhoria das condições habitacionais da população</p>

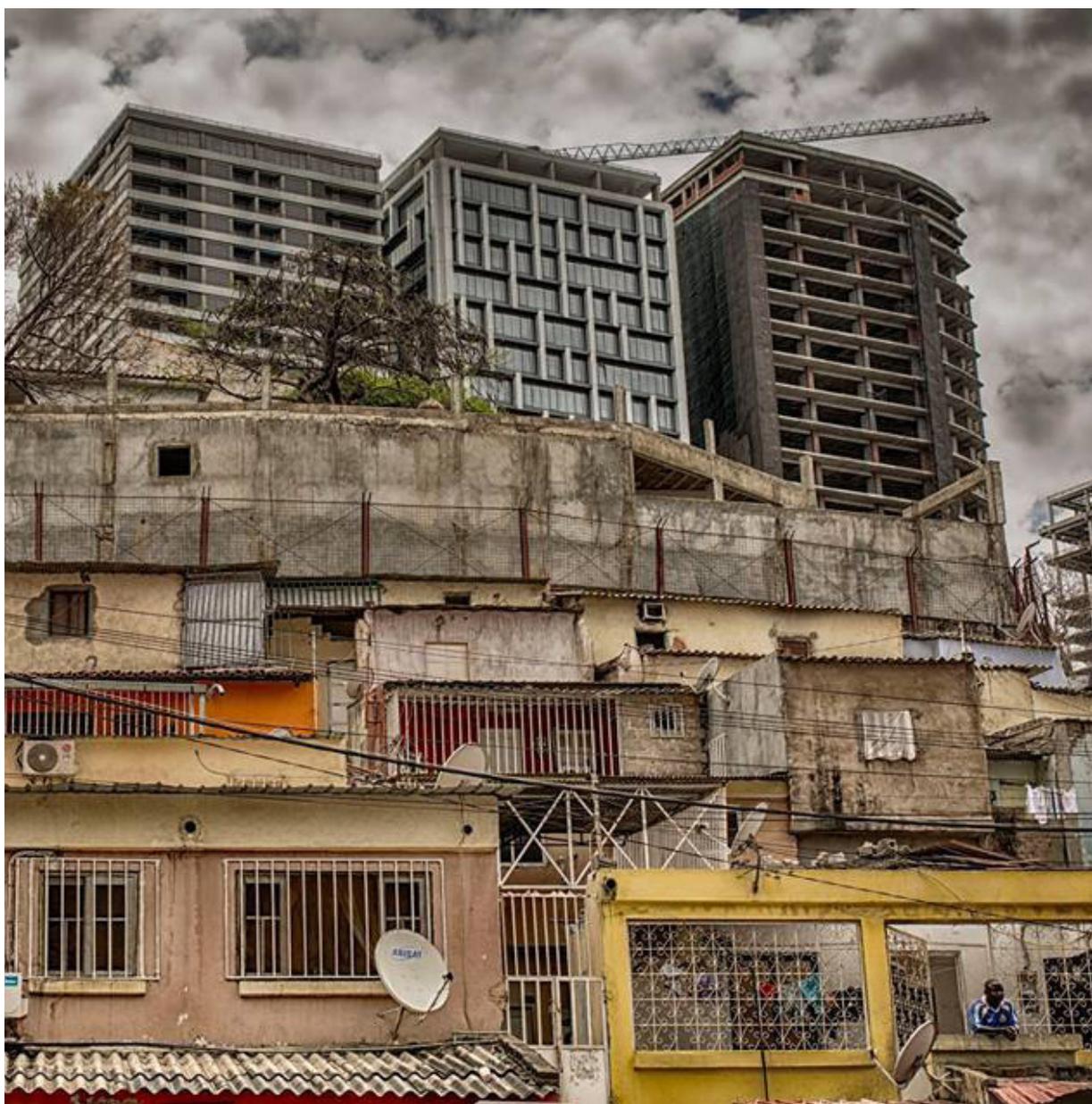
Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
		Programa/ Projecto	Actividades principais			Resultados	Metas		
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas)	Objectivo/ Meta/ Indicador	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO (Legislação Urbana, Terra e Governação)	11.3.1 11.a.1 15.6.1 17.14.1	Plano Nacional do Ordenamento do Território (PNOT)	Desenvolvimento de uma Estratégia espacial como parte da PNOTU para: <ul style="list-style-type: none"> Reforço da diversificação da economia através de uma ocupação mais articulada e equilibrada do território; Criação de um quadro institucional, jurídico, financeiro e espacial adequado para promover o desenvolvimento urbano sustentável, que terá impacto positivo sobre os indicadores de IDH (renda, saúde e educação). 		F P	Melhoria no IDH para Angola Taxa de crescimento do PIB não petrolífero	3.1 CRESCIMENTO INCLUSIVO, DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA, PRODUÇÃO E CRIAÇÃO DE EMPREGO	1.6. Política de Habitação: 1.6.1: Habitação 5.2. Política de Ordenamento do Território e Urbanismo	Modelo inovador de financiamento do desenvolvimento urbano Desenvolver uma economia urbana
ECONOMIA URBANA (Legislação Urbana, Habitação)	11.1.1	Estratégia Nacional para o Financiamento Habitacional	<ul style="list-style-type: none"> Promoção do quadro jurídico, institucional e financeiro para permitir empréstimos hipotecários para financiamento habitacional, permitindo a participação mais activa dos bancos e promotores privados no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. 		I	Aumento do uso de sistema bancário			
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS e PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES	9.5.2	Centro de Estudos de Musseques do Habitat, com foco em ocupações informais, musseques e direito à moradia adequada em Angola	<ul style="list-style-type: none"> Parceria com CEICA/ULA (Centro de Investigação e Estudos de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola) para criação de um Centro de Estudos do Habitat sobre ocupações informais, musseques e moradia adequada, que visa promover: <ul style="list-style-type: none"> Iniciativas de pesquisa sobre os temas; A promoção/defesa da requalificação e urbanização de zonas de ocupação informal, com os princípios do PSUP em Angola; A publicação de artigos sobre ocupação informal, direito à moradia adequada, musseques, etc; Monitorização da consecução da meta 11.1 do ODS 11. 		P I	Aumento do número / qualidade da pesquisa sobre a pobreza e nação			Melhorar a gestão do habitacional Promoção de intervenções integradas de desenvolvimento urbano

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
		Programa/ Projecto	Actividades principais			Resultados	Metas		
SERVIÇOS URBANOS BÁSICOS (Legislação Urbana, Terra & Governação, Economia Urbana, Reabilitação e Redução de Riscos, Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades)	8.6.1 8-b.1 9.3.2 11.6.1 12.5.1 11.c.1 17.14.1 Indirecto: 11.1.1	Promoção da resiliência urbana e periurbanas através do saneamento condominial e gestão de resíduos (com UNICEF) Em andamento	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento de empreendedorismo social e formação de cooperativas de "apanhadores de lixo" para colecta e reciclagem de resíduos sólidos em grandes cidades angolanas; Aquisição de equipamentos de baixo custo para coleta de lixo e transporte; Construção de usinas de reciclagem de baixo custo e uso de mão-de-obra intensiva; Aquisição de ferramentas básicas para colecta de lixo e reciclagem; Capacitação de instituições para fornecimento de serviços sustentáveis de microcrédito que promovam a solidariedade e o capital social (exemplo do Grameen Bank); Campanhas de sensibilização para triagem de resíduos sólidos e promoção do princípio dos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar); Revisão e actualização do quadro jurídico em matéria de gestão de resíduos sólidos e elaboração de estratégia municipal de reciclagem. 	   		<p>Resultados</p> <p>Fornecimento de serviços de saneamento a nível municipal em 10 províncias</p> <p>Número de iniciativas de segurança relacionadas com as alterações climáticas, biodiversidade, desertificação, economia verde e segurança energética</p>	1.1 SAÚDE	<p>Política: Programa</p> <p>12. Política de Sustentabilidade Ambiental</p> <p>3. Política de Água e Saneamento: 3.3.3: Saneamento Básico</p>	<p>Objectivo/ acções prioritárias</p> <p>Envolver a população na melhoria do saneamento básico e reduzir a incidência de doenças de transmissão hídrica</p> <p>Melhorar a gestão integrada de resíduos sólidos, através da expansão dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos</p>

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	
		Programa/ Projecto	Actividades principais			Resultados	Metas	Política: Programa	Objectivo/ acções prioritárias
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas)	Objectivo/ Meta/ Indicador	Intervenções Urbanas- Chave através de Habitação Social Sustentável (KUISHI)	No âmbito da Rede Global para a Habitação Sustentável, o KUISHI visa introduzir práticas de construção civil sustentável, incremental e assistida em programas de habitação social de quatro países subsaarianos, incluindo Angola. Os objectivos da KUISHI são: <ul style="list-style-type: none"> • Medidas de sustentabilidade adequadas e eficazes integradas no quadro regulamentar de programas de habitação social que são amplamente aplicados, permitindo estilos de vida mais sustentáveis; • Resultados do projecto são divulgados para uma ampla gama de países, através de actividades de co-aprendizagem e actualização das orientações existentes para incluir lições aprendidas no contexto subsaariano; • Aumento da capacidade financeira dos municípios para incluir construções sustentáveis e abordagens de design sustentável no controle do desenvolvimento e para fornecer infraestrutura adequada para o desenvolvimento habitacional; • Promoção da utilização de materiais e design sustentáveis. 			Número de iniciativas de segurança relacionadas com as alterações climáticas, biodiversidade, desertificação, economia verde e segurança energética	3.2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES	Política: Programa	Objectivo/ acções prioritárias
LEGISLAÇÃO URBANA e HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS (Terra & Governação, Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades)	11.c.1 17.14.1 Indirecto: 11.1.1							1.6. Política de Habitação: 1.6.1: Habitação	Promoção da habitação Social Desenvolver reservas fundiárias infraestruturadas Modelo inovador de financiamento do desenvolvimento urbano

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
		Objectivo/ Meta/ Indicador	Programa/ Projecto			Actividades principais	Resultados		
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas) REABILITAÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS (Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades, Planeamento e Desenho Urbano, Legislação Urbana, Serviços Urbanos Básicos)	1.5.3 11.b.1 11.b.2 13.1.1 13.3.2	Implementar a iniciativa do Plano de Acções para Cidades Resilientes (CityRAP) em cidades sujeitas a desastres em Angola	<ul style="list-style-type: none"> Em parceria com o MINAMB, MATRE e a Autoridade de Protecção Civil, serão seleccionadas algumas cidades intermédias propensas a desastres naturais (erosão do mar, inundações, deslizamentos de terra, etc.) para a implantação da ferramenta CityRAP desenvolvida pelo UN-Habitat, resultando em capacitação das autoridades locais e em um plano de acção concreto para construir a resiliência urbana a curto, médio e longo prazo. 	   		Número de iniciativas de segurança relacionadas com as alterações climáticas, biodiversidade, desertificação, economia verde e segurança energética	3.2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES	12. Política de Sustentabilidade Ambiental: 2.4.1: Alterações Climáticas 2.4.4: Prevenção de Riscos e Protecção Ambiental	Estabelecer um mecanismo de mapeamento do uso do território, incluindo as zonas de riscos Reduzir o risco de catástrofe por deslizamento de terras e inundações, através de acções de protecção costeira e recuperação de zonas ravinhadas
		Adaptar "pacote de ferramentas RAP" para o planeamento territorial (escala metropolitana e provincial)	<ul style="list-style-type: none"> Advogar pelas alterações climáticas no Planeamento Regional e Metropolitano de Angola por meio destas actividades: Desenvolver uma nota conceptual, estudos de caso e um manual de formação enfatizando as alterações climáticas ao nível regional e metropolitano; Proporcionar treinamentos para as autoridades locais da província de Luanda sobre a importância de se levar em conta as alterações climáticas no Planeamento Regional e Metropolitano. Concretização do projecto de mudanças climáticas nas diferentes escalas de plano pelo gabinete técnico da UN-Habitat. 	Instituições nacionais e provinciais capazes de identificar e monitorar desastres, riscos e implementação do Plano Nacional de Contingência 2014-2019.		3.2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES	Estabelecer um mecanismo de mapeamento do uso do território, incluindo as zonas de riscos Reduzir o risco de catástrofe por deslizamento de terras e inundações, através de acções de protecção costeira e recuperação de zonas ravinhadas Rapidez de resposta em situações de desastres, através de um sistema integrado de aviso prévio para redução de desastres		

Área Temática do Plano Estratégico UN-Habitat	Contribuição ODS	Propostas de intervenção do UN-Habitat para 2018-2022		6P's	Pilar PNOTU	UNPAF 2015-2019		PDN 2018-2022	Objectivo/ acções prioritárias
		Programa/ Projecto	Actividades principais			Resultados	Metas		
PRINCIPAL ÁREA (demais áreas)	1.5.3 1.1.b.1 1.1.b.2 13.1.1 13.3.2	Atlas de Riscos Ambientais de Angola para as Alterações Climáticas	Em parceria com o Ministério do Ambiente e da Direcção Nacional para Alterações Climáticas, promover a elaboração, publicação e disseminação do Atlas de Riscos Ambientais de Angola para as Alterações Climáticas, bem como um mecanismo para sua revisão periódica com base na metodologia RAP.			Instituições nacionais e provinciais capazes de identificar e monitorar desastres, riscos e implementar a implementação do Plano Nacional de Contingência 2014-2019.	3.2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES	6. Política de Segurança Nacional e dos Cidadãos: 6.2.3: Melhoria da Capacidade Nacional de Prevenção e Socorro das Populações	Estabelecer um mecanismo de mapeamento do uso do território, incluindo as zonas de riscos Reduzir o risco de catástrofe por deslizamento de terras e inundações, através de acções de protecção costeira e recuperação de zonas ravinhadas Rapidez de resposta em situações de desastres, através de um sistema integrado de aviso prévio para redução de desastres
		Plano de Acção de Resiliência do Sul de Angola	Desenvolver um programa em conjunto com FAO, PNUD e UNICEF a fim de contribuir nas componentes de planeamento e desenvolvimento territorial para a construção da resiliência no Sul de Angola, objetivando de mitigar ou prevenir futuras catástrofes nas províncias do Cunene, Namibe, Benguela, Huíla, Cuando Cubango, Cuanza Sul, Huambo e Bié.	 					
REABILITAÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS (Pesquisa e Desenvolvimento de Capacidades, Planeamento e Desenho Urbano, Legislação Urbana, Serviços Urbanos Básicos)	4.a.1 1.1.c.1 Indirecto: 1.5.1	Escolas Resilientes (com UNICEF, FAO e DW)	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de escolas resilientes nas zonas rurais e suburbanas, que possam também servirão de abrigo seguro em caso de desastre e emergências nas províncias da Huíla, Cunene e Namibe; • Utilização do design participativo, que é sensível ao género, juventude e às questões ambientais; Utilização de materiais locais e treinamento da juventude local na actividade da construção civil; • Influenciar códigos de legislação e de construção através da introdução do conceito de redução de riscos e padrões de construção verde e materiais locais. 	 		Política para a Educação em Situação de Emergência	1.2. EDUCAÇÃO	12. Política de Sustentabilidade Ambiental: 2.4.1: Alterações Climáticas 2.4.4: Prevenção de Riscos e Protecção Ambiental	Mapeamento de Zonas com Degradação de Terra Elaborar projectos estruturantes de combate à seca nas províncias do Cunene, do Cuanza Sul e do Namibe



Luanda, Angola
© Lorenzo Galli

7. Modelo de Implementação

A nível nacional:

As intervenções do UN-Habitat estão alinhadas com as prioridades identificadas pelo Governo e o Sistema das Nações Unidas em Angola. A implementação do UNPAF será monitorada e avaliada pelo Comitê de Supervisão e Acompanhamento de cada área estratégica, com o apoio da equipe de Monitoramento e Avaliação da Organização das Nações Unidas/INE. Essa tarefa será guiada pelos princípios da gestão baseada em resultados (RBM) e os direitos humanos com base na abordagem (HRBA) em relação à programação.

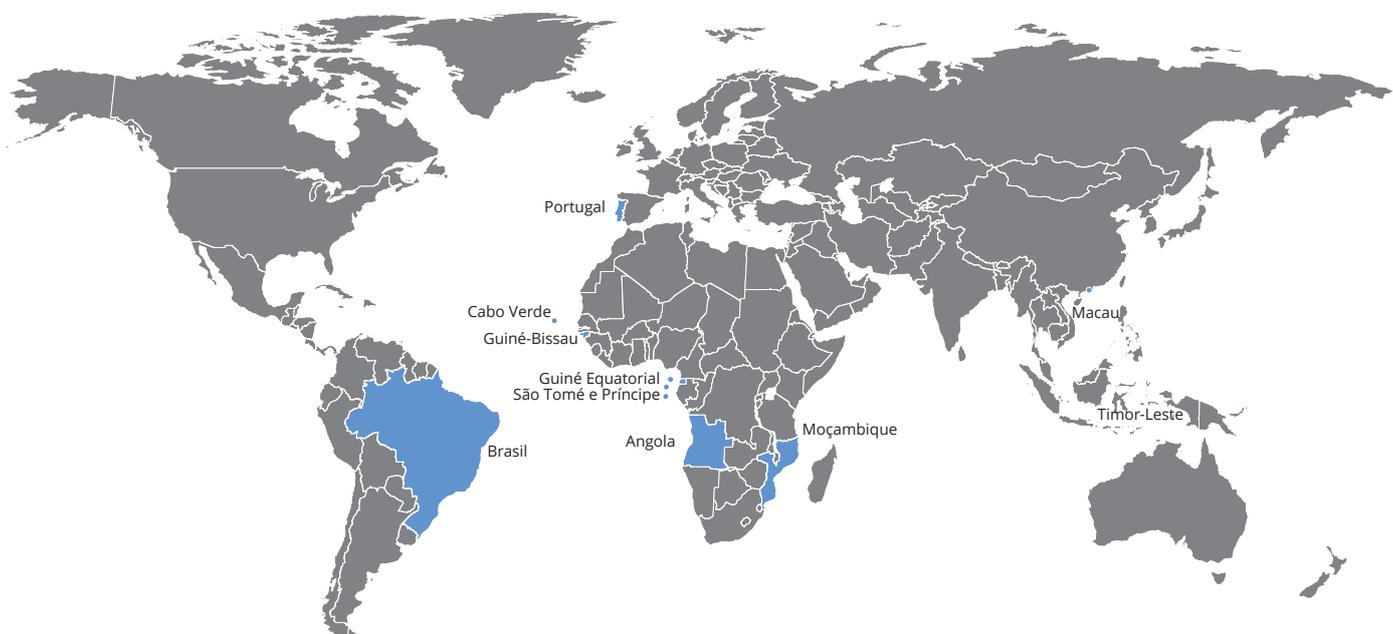
O UNCT, onde o UN-Habitat é representado pelo seu Chefe de Programa (CdP), supervisionará a implementação, monitorização, avaliação e elaboração de relatórios sobre o andamento dos diferentes projectos e programas no âmbito do UNPAF.

O Chefe de Programa (CdP), com o apoio da equipa de projecto responsável e gestores a nível do país, também fará parte dos diferentes mecanismos de coordenação para a implementação do UNPAF, como grupos de trabalho do UNCT, compostos por peritos técnicos das diferentes agências das Nações Unidas, por funcionários do Governo, doadores e representantes da sociedade civil.

O principal mecanismo de coordenação para implementação do HCPD é o Programa Conjunto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Angola que foi endossado pelo UNCT em Outubro de 2017 e formalmente lançado pelo Coordenador Residente das Nações Unidas e pela Ministra do Ordenamento do Território e Habitação em Fevereiro de 2018. Neste âmbito, já foram escritos dois projectos conjuntos: um entre o UN-Habitat e o UNICEF sobre saneamento condominial, e outro entre o UN-Habitat e a PNUMA sobre a inclusão da resiliência na planificação urbana nas cidades de Huambo, Benguela, Lubango e Luanda.

Apoio à UN-Habitat Angola por parte do Escritório Regional para a África e unidades temáticas da Sede:

O CdP para Angola possui uma representação adequada da agência a nível do país, por ser um (P3) do Escritório Regional para a África (ROAf) e possui uma posição no UNCT. Ele/ela deverá ser supervisionado directamente pelo Coordenador do UN-Habitat para Angola com base em Nairobi, um Oficial para Assentamentos Humanos (P4), responsável por todos os países lusófonos africanos encarregado de assegurar a coerência do envolvimento da Agência e seus ramos temáticos ao nível do país, considerando-se seu status de Agência não residente.



Mapa de países lusófono
@UN-Habitat

As unidades temáticas da Sede do UN-Habitat (HQ) apoiam a implementação do Programa-País em coordenação com o ROAf, em articulação com o CdP. É importante ressaltar que os projectos e programas globais (por exemplo, GHS, GLTN, PSUP, CPI) que incluem Angola e que são geridos pelas Agências precisam imperativamente ser implementados em total sincronia e coordenação com os outros programas e projectos em curso do UN-Habitat e as actividades a nível nacional. Isto só pode ser possível se uma boa comunicação entre as Unidades Temáticas e o ROAf foi assegurada. Em particular, as missões em Angola devem ser comunicadas atempadamente para o ROAf e o CdP, para que possam ser executadas adequadamente.

A integração e troca de melhores práticas entre a África Lusófona:

Devido à liderança natural de Angola nos países lusófonos africanos ocidentais e sua localização estratégica, o escritório do UN-Habitat em Luanda certamente poderá vir a ter funções de polo de integração da lusofonia em África, especialmente ao que diz respeito ao intercâmbio de melhores práticas e o fomento à cooperação Sul-Sul com o Brasil.

Descrição (valores em USD – dólares americanos)	Estimativa (anual)	Total (Até Dez/2022)
PESSOAL		
Coordenador do UN-Habitat para os países Lusófonos (P5)	Providenciado pelo UN-Habitat	0,00
Chefe de Programa (CdP) (P3)	240.000,00	1 200 000,00
Quadro de Funcionários de Apoio (Programa e Operações)	60.000,00	300.000,00
Gestores de Projecto, consultores e técnicos envolvidos em projectos em curso em Angola	Providenciado por cada Projecto	0,00
Apoio programático do ROAf para o Escritório em Angola	Providenciado pelo UN-Habitat	0,00
TOTAL PESSOAL	300 000,00	1 500 000,00
CUSTOS OPERACIONAIS		
Instalações do escritório e alojamento para o pessoal internacional	Providenciado pelo MINOTH	0,00
Serviços de Segurança	Providenciado pelo MINOTH	0,00
Consumíveis e manutenção do escritório	20.000,00	100.000,00
Comunicações e TIC	15.000,00	75.000,00
Veículo, Combustível e Manutenção	15.000,00	75.000,00
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	50.000,00	250.000,00
SUB-TOTAL	350.000,00	1 750 000,00
UN-Habitat – custos administrativos (10%)	35.000,00	175 000,00
TOTAL GERAL	385.000,00	1 925 000,00

8. Estimativa de Orçamento Operacional Mínimo:

A manutenção de uma estrutura mínima para o UN-Habitat em Angola exigirá o apoio contínuo do MINOTH em termos de recursos financeiros e do Instituto Nacional de Habitação (INH) em termos de apoio logístico na instalação do escritório e no alojamento para o pessoal do UN-Habitat. Os custos operacionais de escritórios das Nações Unidas em Angola são muito elevados e não podem ser suportados exclusivamente através de alguns projectos com orçamento limitado.

A tabela abaixo detalha o orçamento estimado necessário para a cobertura dos custos mínimos operacionais do escritório e de pessoal (outros custos com pessoal serão pagos por meio de projectos ou programas financiados em Angola) para o período entre janeiro de 2018 a dezembro 2022.

A equipa descrita deverá desempenhar, em contrapartida, assistência técnica e treinamento, no âmbito do urbanismo e da habitação, para o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, e será responsável pela função de secretariado do Programa Conjunto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Angola.



REPÚBLICA DE ANGOLA
 ORGÃOS AUXILIARES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 CHEFE DA CASA CIVIL

Exma Senhora
Branca Manuel da Costa Neto do Espírito Santo
 Ministro do Urbanismo e Habitação

LUANDA

Nº 1187 /GAB. CHEFE CASA CIVIL/PR/ 019

Os meus melhores cumprimentos.

Pelo presente somos a transcrever o despacho de Sua Excelência, o Vice Presidente da República, recaído à margem do vosso ofício com a referência n.º 318/01.03/GAB.MINUHA/2017, de 20 de Fevereiro, relacionado com o Programa País do UN-HABITAT Para o Apoio ao Desenvolvimento Urbano Sustentável, cujo teor é o seguinte:

"Aprovado
Ass: Manuel Domingos Vicente
09.05.2017"

Cordiais saudações

GABINETE DO MINISTRO E CHEFE DA CASA CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, em Luanda aos 12 de Maio de 2017.

O MINISTRO E CHEFE DA CASA CIVIL

Manuel
 MANUEL DA CRUZ NETO

AO
 GAB. Int.
 P/
 - Conhecimento
 - Dar a conhecer ao UN-Habitat
 - Incluir no OGE 2018, o encargo financeiro decorrente
 - Elaborar plan de actividades para C.C. e DNH
 = GEP
 = S.E.U.
 /2017
 S.S.E.H

DMV
 18/05/17

Carta de Endosso ao HCPD do Presidente da República de Angola em exercício

9. Conclusão

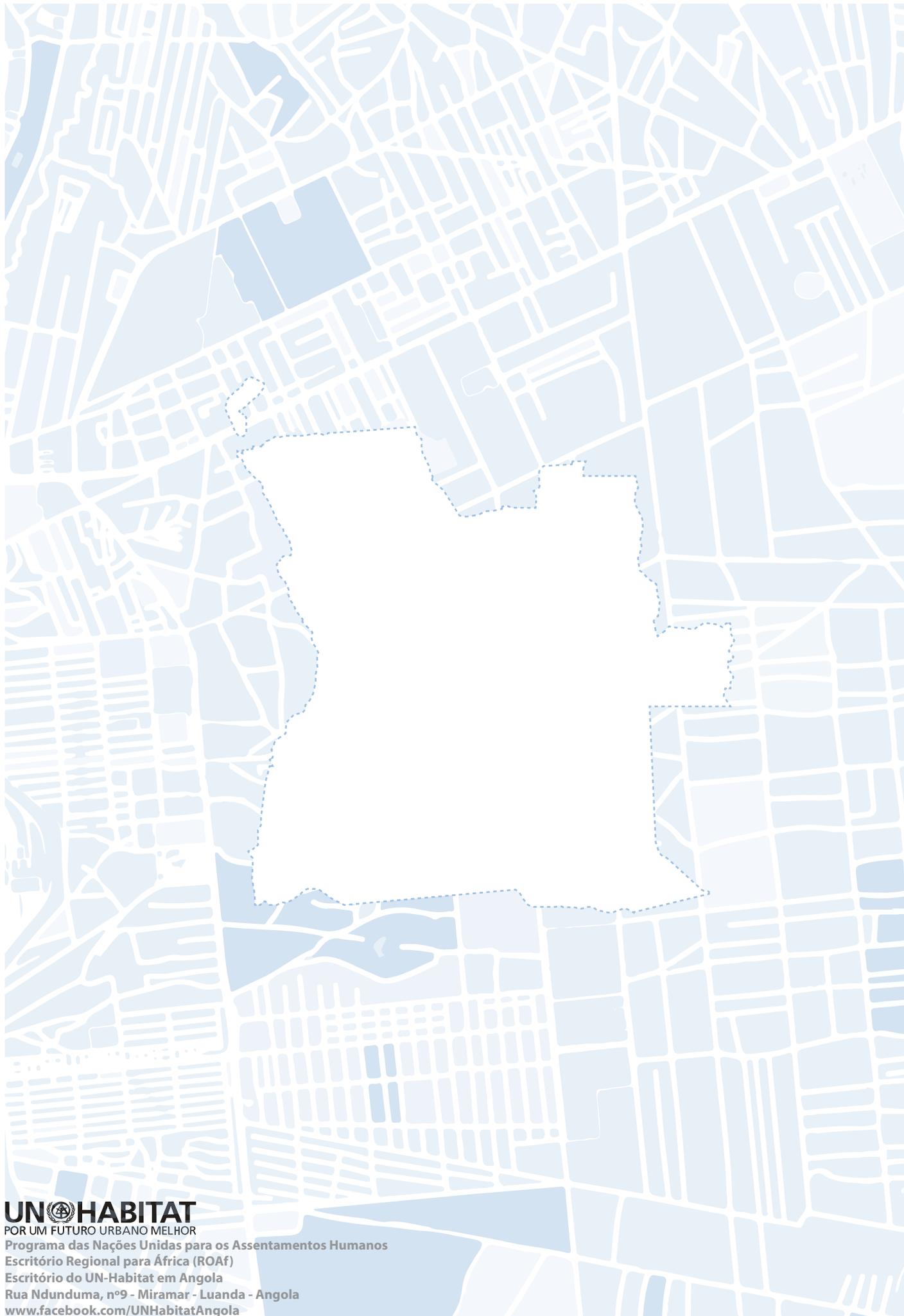
O documento do Programa-País HABITAT-MINOTH para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Angola estabelece um quadro integrado de intervenção entre MINOTH e UN-Habitat a nível nacional, de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, o Plano Estratégico 2014-2019 do UN-Habitat e o UNPAF 2015-2019 assinado entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas em Angola. É o resultado de consultas internas e externas dentro da equipe e parceiros ao nível do país, além de colegas do UNHabitat a nível do Escritório Regional para a África e das unidades temáticas na Sede. O HCPD também tem a aprovação formal das autoridades nacionais competentes, em particular a do MINOTH e foi endossada pelo Presidente da República de Angola em exercício, em 09 de maio de 2017.

Espera-se que o HCPD seja fundamental para apoiar a implementação da política e da estratégia do Governo de Angola para o desenvolvimento urbano sustentável, contribuindo para a redução da pobreza e assimetrias regionais, mas também para a diversificação da economia que o país tanto almeja. Para esse efeito, a mobilização contínua de recursos será fundamental. O UN-Habitat conta com o apoio do Governo para esse fim, especialmente em relação ao que foi acordado como financiamento anual para a manutenção do Escritório, garantindo a presença de um representante substantivo do UN-Habitat no país para prover assistência técnica de alto nível ao Governo de Angola.

Lista de Acrónimos e siglas

AEP	Áreas Estratégicas de Parceria do UNPAF
Angola	2025 Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola 2025
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BNA	Banco Nacional de Angola
CdP	Chefe de Programa
CAC/CPAC	Conselho de Auscultação e Concertação Social
CPI	Índice de Prosperidade das Cidades IPC
FA	Área Temática (do Plano Estratégico do UN-Habitat)
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GdA	Governo de Angola
GHS	Estratégia Global do UN-Habitat para Habitação
GLTN	Global Land Tool Network
Habitat III	3ª Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável
HCPD	Documento do Programa-País Habitat-MINOTH para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Angola
HQ	Sede do UN-Habitat em Nairóbi
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFAL	Instituto de Formação de Autoridades Locais
INE	Instituto Nacional de Estatística
INOTU	Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
LOTU	Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo
MATRE	Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado
MINCOP	Ministério da Construção e Obras Públicas
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINOTH	Ministério do Ordenamento do Território e Habitação
MIREX	Ministério das Relações Exteriores
MoF	Matriz das Funções
MoU	Memorando de Entendimento
MPE	Ministério do Planeamento e Economia
NRA	Agências Não-Residentes
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OHCHR	Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PLANEAT	Plano Estratégico da Administração do Território
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022
PNOTU	Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo
PNAD	Programa Nacional de Descentralização
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROPPAL	Programa de Apoio ao Processo de Preparação das Autarquias Locais
PSUP	Programa Participativo para Requalificação de Musseques

RAP	Plano de Acção das Cidades Resilientes
ROAf	Escritório Regional para a África
SDF	Quadro de Desenvolvimento Espacial
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UN	Nações Unidas
UNCT	Equipa de Agências das Nações Unidas
UNPAF	Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e as Nações Unidas
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Criança
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
UNHCHR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
WASH	Água, Saneamento e Higiene



UN HABITAT

POR UM FUTURO URBANO MELHOR

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

Escritório Regional para África (ROAf)

Escritório do UN-Habitat em Angola

Rua Ndunduma, nº9 - Miramar - Luanda - Angola

www.facebook.com/UNHabitatAngola